

O Planeta Urbano. Manual de instruções e alguns esquemas de montagem

Paulo Castro Seixas
Professor Associado | UFP
pseixas@ufp.pt

Resumo

Apresenta-se o Planeta Urbano como situação do século XXI e os princípios que devem orientar a sua análise, através de uma Antropologia do Urbanismo, que é caracterizada. Seguidamente, as relações em escala entre o Planeta Urbano e as Estruturas Antropológicas Urbanas são analisadas, apresentando-se estas como pontos de acesso típicos para a compreensão daquele.

Abstract

The Urban Planet is presented as an 21st century situation both with the principles that should guide its analysis through an Anthropology of Urbanism, which characteristics are given. Subsequently, scale relations between the Urban Planet and the Urban Anthropological Structures are analyzed, being these ones presented as typical access points for the Urban Planet comprehension.

Introdução

O mundo em que vivemos, na transição do século e na transição do milénio, parece-nos profundamente complexo e, por isso mesmo, a Antropologia – enquanto ciência das Culturas e da Humanidade – deve ser uma das ciências para a compreensão dessa mesma complexidade. É provável que o urbanismo planetário do século XXI (a população urbana passou de menos de 30% da população mundial em 1950 a 47% no ano 2000 e prevendo-se já para 2015 que atinja os 53,4%) (UNCHS, 2001), seja a segunda maior revolução humana a seguir ao sedentarismo planetário de há 10.000 anos atrás e tal análise dá-nos uma primeira perspectiva verdadeiramente antropológica da complexidade, ou seja do processo humano no planeta. O urbanismo planetário, tal como o sedentarismo planetário, criou novas concepções espaço-temporais para os grupos humanos e são esses grupos humanos nessas novas condições que (re)criam paisagens simbólicas e práticas significantes a que chamamos culturas. Assim, no seguimento de uma Antropologia Fundamental em que se coloca a hipótese do urbanismo planetário como revolução humana, a Antropologia do urbanismo – entendida não como análise ou comparação casuística de aspectos da vida urbana em culturas diferenciadas, mas sim enquanto comparação entre modelos abrangentes de percursos, ethos e socio-espacialidades – torna-se a via para aceder à compreensão da complexidade humana presente. Tal Antropologia do Urbanismo deve considerar:

1. o processo urbano como uma estrutura estruturante do processo de globalização na história e, de forma mais evidente, no presente;
2. as estruturas urbanas como elementos fundamentais na construção moderna de paradigmas sócio-políticos como o da construção dos Estados-Nação por um lado, e o da construção da colonização por outro. A importância dessas mesmas estruturas urbanas na construção, a partir da segunda metade do século XX, da globalização, pela regionalização transnacional por um lado e pela descolonização/estatização por outro;

3. a importância da transição, face a estes últimos paradigmas, de um processo de urbanização para um de metropolização, de um ethos de urbanidade para um de cosmopolitaneidade, de uma sócio-espacialidade de urbanismo para uma de cosmopolitismo e que substitui a transição moderna de um mundo rural para um mundo urbano, de uma ruralidade para uma urbanidade, de um ruralismo para um urbanismo;
4. a forma como estas diversas narrativas, através de fluxos cruzados, influenciam cada estrutura urbana em particular, numa interacção criadora de estruturas antropológicas urbanas ou estruturas urbanas da Diferença específicas.

É exactamente a colocação da hipótese destes diversos níveis narrativos em escala em função de percursos, de ethos e de socio-espacialidades que torna premente uma Antropologia do Urbanismo. É esta antropologia do urbanismo que proponho abordar, através de modelos de médio alcance que possam orientar a investigação antropológica em Antropologia urbana numa perspectiva ao mesmo tempo local e global. Pretende-se, então, propor uma antropologia do urbanismo como conjunto de narrativas transculturais que possibilite a selecção de cidades ou de partes de mesmas que se constituam como loci metafóricos de relações intra e interculturais em função de tais narrativas. Esboçam-se nexos narrativos espaço-temporais e estes nexos narrativos evidenciam-se como fundamentos de um modelo narrativo de interpretações de cidades e de suas relações, sustentando, assim, uma verdadeira Antropologia Urbana ou do urbanismo.

1. Uma Antropologia do Urbanismo

Uma antropologia do alto ou da cidade (Hannerz,1983), do urbanismo (Fox,1977) ou, simplesmente, uma verdadeira antropologia urbana e não apenas em âmbito urbano (Pujadas,1996) implica a resolução do aparente paradoxo entre holismo e intensividade metodológica com o qual o contexto urbano confronta e desafia o texto antropológico.

Holismo e intensividade metodológica podem conjugar-se através de *estratégias metafóricas* de construção do objecto científico que o

urbanismo pode configurar em antropologia. Estas estratégias metafóricas (re)constroem a noção de tipicidade das unidades de terreno em função de “situações sociais” (por exemplo Glukman, 1940) ou de “locais estrategicamente seleccionados” (Marcus, 1995 e 1998) que se concebam como metáforas da ou das *narrativas* que subjazem compreensivamente a um determinado urbanismo.

Um determinado urbanismo pode ser analisado em função de um único *locus* metafórico, no entanto é relativamente plausível que, na maioria dos casos, se torne necessária a selecção de diversos *loci* metafóricos, constituindo-se então uma *multietnografia metafórica*. Esta multietnografia implica a reflexão sobre as formas de relação entre os diversos *loci* metafóricos: dialécticas, dialógicas, polifónicas, cacafónicas, por sobreposição, por montagem, etc.

É nestes *loci* metafóricos de uma etnografia polissituada (a “multi-sited ethnography” de Marcus) que se deve desenvolver o trabalho de campo de tipo etnográfico caracterizado pela sua tradicional intensividade metodológica. No entanto, a descrição etnográfica intensiva (Geertz, s/d) deve ser feita em função de inferências interpretativas relativas à narrativa que possibilitou a selecção dos *loci* metafóricos.

Há, assim, *relações de escala* a ter em conta entre os *loci* metafóricos que possibilitam a descrição etnográfica e as narrativas urbanísticas, produto de uma interpretação antropológica. A relação entre estas duas escalas não pode ser de reificação pois descrição e interpretação são dois regimes em diálogo (cujas lógicas se cruzam seguindo Sperber, 1992), não podendo a descrição etnográfica servir de prova, mas tão só, de contra-prova, à interpretação antropológica.

A narrativa interpretativa urbanística deve servir de orientação à selecção dos *loci* metafóricos e à descrição etnográfica neles e sobre eles produzida não devendo esta, no entanto, excluir os possíveis elementos contra-indutivos relativos aquela mesma narrativa. Se tais elementos forem mais relevantes que os que evidenciam a pertinência da narrativa, o antropólogo deverá pôr em causa o *loci* metafórico seleccionados e até a narrativa proposta, não necessariamente para os excluir mas antes para, em muitos casos, os relativizar face a outros *loci* e a outras narrativas que deverão também ser postas em jogo.

A noção de escala abrange, quer os âmbitos de observação-conversaço etnográficos, quer os âmbitos interpretativos das narrativas

urbanísticas propostas. Se o limite dos âmbitos etnográficos é o da possibilidade de realizar a intensividade metodológica, já o limite dos âmbitos antropológicos urbanísticos é antes a de um holismo que vai de narrativas relativas a partes de uma cidade a narrativas que abrangem o urbanismo no *sistema-mundial*.

Por fim, para que as narrativas urbanísticas possam constituir-se como textos antropológicos que possibilitem a comparação entre contextos, são úteis os modelos que compreendam o urbanismo no sistema-mundial e que, como uma meta-narrativa, facilitem a construção de narrativas urbanísticas em escalas mais restritas. É exactamente esse o objectivo que se propõe de seguida.

2. Do Planeta Urbano à Estrutura Antropológica das Cidades

I. O processo planetário urbano pode-se dizer que começou com a própria sedentarização, ou seja, com as primeiras cidades. Ora, as cidades emergiram sempre como centros de uma zona de influência mais alargada, geo-socio-política, como a região, a etnia ou a nação, o Estado ou até o Império. Em muitos casos a interacção entre centro urbano e zona de influência foi de tal forma orgânica que cada uma funcionou como metonímia da outra. No presente etnográfico, correspondente ao período que decorre desde a segunda metade do século XX, o Planeta Urbano é constituído por um **arquipélago urbano** de cidades-mundo e pelos seus **fluxos** e o planeta é, em grande parte, uma metonímia do que económico-socio-politicamente decorre nessas cidades centrais. Estas cidades, com o seu poder, influenciam os fluxos (de bens, de pessoas, de informação) mas estes, não sendo completamente determinados por elas, estão na base do processo sempre renovado de emergência e obsolescência de cidades centrais. Este é, assim, um dos capítulos fundamentais do manual de instruções do Planeta Urbano e que se abordou já noutra texto (Seixas, 2005). Partindo de uma ideia de Patrick Geddes de 1915 e da teoria do sistema-mundo de Braudel e Wallerstein, a noção de “Cidades-Mundo”, “Cidades-Globais”, “Centros Internacionais” ou “Cidades Alpha” e suas tipologias – como as de Friedman e Wolf e de Thrift, ambas de 1986 de Sassen de 1991 ou de Beaverstock, Smith e Taylor de 1999 (cf. Seixas, 2005) –

estabeleceu-se o arquipélago urbano em que vivemos no início do século XXI. No entanto, trabalhos mais recentes (por exemplo, Borja e Castells, 1999; Taylor, 2001; Smith, 2001) criticam uma visão demasiado tipológica que estabelece de uma vez por todas uma rede global de cidades para, em vez disso, propor o planeta como um “espaço de fluxos”. Como afirma Smith (2001: 66) “o espaço global é uma arena discursiva e um terreno de constante contestação” e, por isso, como afirmam Borja e Castells, “A cidade global é uma rede de nós urbanos de diferente nível e com funções distintas que se estende por todo o planeta e que funciona como centro nervoso da nova economia, num sistema interactivo de geometria variável, à qual devem constantemente adaptar-se de forma flexível empresas e cidades.” (Borja y Castells, 1999: 43). Partindo da hipótese de ambas as teses apresentadas estarem em parte certas (afinal não se comporta a luz como ponto e como onda?), no ponto seguinte discute-se a possibilidade de a relação entre os fluxos e o arquipélago urbano se poder compreender em função de um sistema de dois eixos espaço-temporais e de um sistema de dois paradigmas sócio-políticos.

II. Não só este arquipélago urbano de cidades centrais está situado em nexos espaço-temporais específicos de determinados paradigmas sócio-políticos influenciando assim a sua centralidade, como os fluxos têm probabilidades diferenciadas de influenciar e a sua influência é distinta consoante os nexos espaço-temporais e os nexos sócio-políticos em que se encontram as demais cidades. Podem-se considerar dois eixos espaço-temporais, um mais típico do sistema-mundo moderno, que distingue entre **Centro, Semi-Periferia e Periferia** e um segundo mais emergente que distingue entre **Global e local**. O primeiro é caracterizado por um sistema com uma única região central (Centro) que difunde a sua influência através de trocas desiguais numa lógica de áreas culturais em círculos concêntricos (semi-periferia e periferia), correspondente, grosso modo, à relação Norte-Sul ou, segundo a classificação da ONU, MDR e LDR¹. A lógica deste sistema é idêntica à que se identificou em sistemas tribais e em áreas rurais, tendo influenciado e influenciando ainda o mundo urbano quando este é constituído por

1. More Developed Regions e Less Developed Regions.

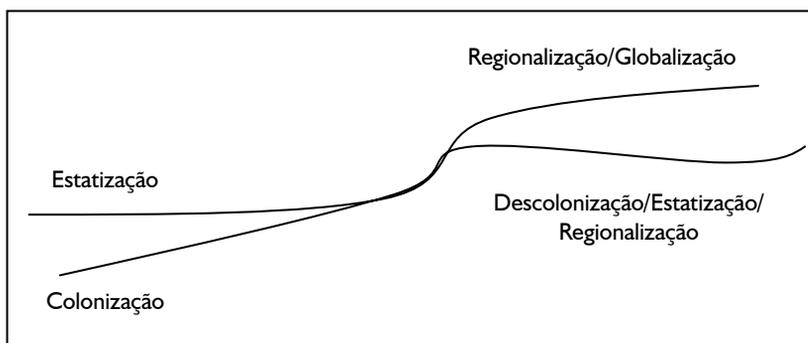
uma grande parte da população provinda do mundo rural há não mais que duas gerações. O segundo eixo espaço-temporal é tipicamente emergente, tem um carácter descontínuo e o seu funcionamento relaciona-se mais com as oportunidades dos fluxos do que com uma categorização rígida Centro-Periferia, ou seja, tirar partido dos fluxos para num momento específico transformar o local em global, ainda que com carácter contingencial. Numa perspectiva teórica antropológica, poderíamos dizer que o primeiro eixo é tipicamente compreensível através de uma grelha estrutura-difusionista-funcionalista, incluindo nesta definição o funcionalismo economicista marxista, enquanto o segundo eixo é mais compreensível segundo as novas metáforas de interpretação antropológica, através de uma grelha dos jogos, da dramaturgia e da semiótica.

Quadro I – Eixos Espaço-Temporais e Paradigmas Sócio-Políticos

Fluxos	Arquipélago Urbano	Arquipélago Urbano	Arquipélago Urbano	Fluxos	
		Fluxos			
Global ↓ Local	Centro	Estatização	Regionalização	Centro	Global ↓ Local
	Semi-Periferia			Semi-Periferia	
	Periferia			Periferia	
		Colonização	Estatização		

Estes eixos espaço-temporais cruzam-se com determinados paradigmas sócio-políticos, como o paradigma da **Modernização** e o da **Globalização**. O primeiro caracteriza-se pela construção dos Estados-Nação no Centro e pela Colonização da Periferia, estando a Semi-Periferia em situação bivalente de autonomia e dependência; no segundo a Estatização atinge todo o Planeta, sendo um processo sócio-político que se vai relativizando face às entidades supranacionais ou Regionalizações que se vão criando.

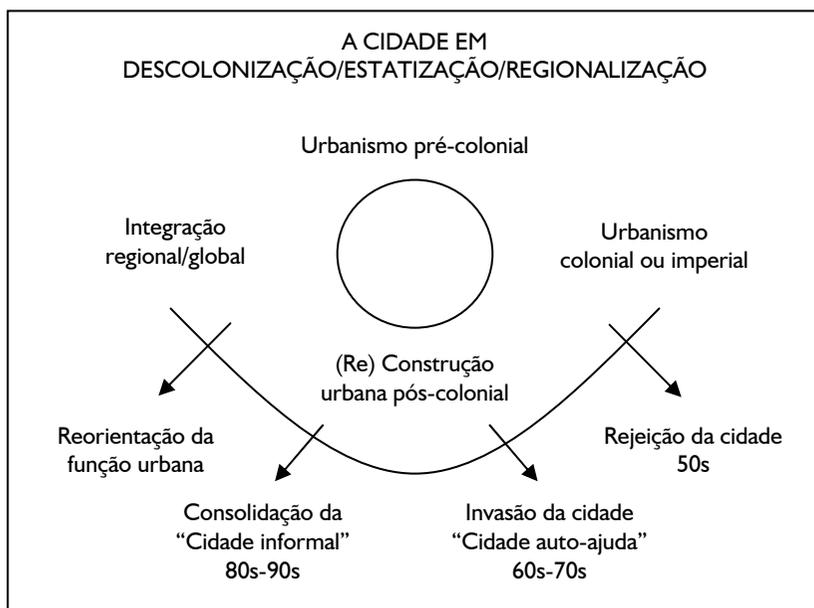
Quadro II – Da Modernização à Globalização



Este enquadramento leva-nos à análise da importância das cidades, por um lado na sua relação dúplice com o Arquipélago Urbano Planetário e os seus Fluxos e, por outro lado, com os eixos espaço-temporais e os paradigmas sócio-políticos. As cidades são, assim, actores fundamentais – ainda que tenham também a qualidade de agentes – em arenas de escalas diferenciadas (global, regional, estatal e local). Quer se trate de uma arena entre Comunidade Internacional e Estado Colonizador (Timor) ou entre Nação/Região e Estado (Cataluña, País Basco ou Transilvânia) ou entre Estados e Entidades Supranacionais ou Regionalizações (A disputa entre França, Inglaterra e Alemanha na construção da EU), as cidades não só são actores fundamentais nessa arena, quer pelas vantagens já adquiridas no contexto do Arquipélago Urbano e seus Fluxos – assim como face ao eixo Global-Local e ao paradigma sócio-político emergente –, quer pelas dinâmicas urbanas adoptadas – de urbanização ou metropolização – e que abordaremos de seguida.

Tal análise não significa que as demais entidades sociais, como as etnias, as nações, os estados ou as organizações e regiões supranacionais sejam menos relevantes mas antes que todas essas entidades sociais e os fluxos entre elas adoptam as cidades como palcos para os seus processos performativos monumentais, dramáticos, discursivos e textuais, tornando-se assim as cidades ou partes delas como corpus de análise e de inferência para a compreensão de uma significação que as transcende mas da qual elas são não só, muitas vezes, a parte visível, como, por isso mesmo, são actores não menosprezáveis.

Quadro III – A cidade em Descolonização/Estatização/Regionalização (África)



Os Quadros III e IV procuram caracterizar, de uma forma sumária, as conseqüências destes dois paradigmas na transição urbana das regiões em que eles se apresentam de forma dominante, como seja, no caso da África, a descolonização-estatização-regionalização e, no caso da Europa e dos Estados Unidos, a regionalização-globalização. A transição urbana da cidade em descolonização-Estatização é um processo de (Re)-Construção que vai da destruição ou destituição da cidade colonial herdada à (re)construção da cidade numa nova integração regional ou/e global, enquanto a transição urbana da cidade em globalização é um processo de Metropolização que vai da expansão da cidade à sua re-orientação no quadro regional ou mesmo global do processo de globalização.

De forma propositada, não se indicam no modelo a Ásia e a América Central e do Sul porque se considera que tais regiões do planeta urbano se encontram entre um e outro dos modelos. Por exemplo há várias cidades na Ásia que fazem parte da construção do próprio processo de globalização, como Hong-Kong, Singapura, Tóquio e, cada vez

mais, cidades da China, como Xangai e outras e os processos de regionalização transnacional são já bastante fortes, sendo a ASEAN uma evidência disso ao mesmo tempo que há processos ainda decorrentes da descolonização, de contestação colonial e de procura de auto-determinação. (Taiwan face à China, Aceh face à Indonésia, os Tamil do Sri Lanka, etc.). Também em relação à América Central e do Sul, encontramos-nos perante uma situação similar em que ao mesmo tempo que processos decorrentes da colonização são ainda muito evidentes com as populações indígenas a reivindicarem direitos e a emergência mesmo de novas etnicidades (por exemplo as comunidades Quilombolas no Brasil) e a consagração ou discussão em torno da mutietnicidade constitucional, ao mesmo tempo que, não só estamos perante a região do planeta mais urbanizada a seguir aos Estados Unidos e Europa (acima de 75% da população é urbana) com uma “cidade primária”, S. Paulo, segundo a classificação de Friedmann de 1986, como os processos de regionalização (por exemplo o Mercosul) são muito evidentes.

Quadro IV – A cidade em globalização (Estados Unidos e Europa)



Mesmo em relação às divisões entre a Europa e os Estados Unidos por um lado, e a África por outro, há áreas em cada um desses espaços que não se enquadram completamente na análise dual proposta. Por um lado, alguns países do Norte de África (pela sua relação já com a Comunidade Europeia) e a África do Sul escapam em parte ao quadro apresentado para a África. Por outro lado, e talvez de uma forma menos conhecida, há áreas da Europa que se debatem com a questão da des-colonização-estatização, como foi, a ainda é, o caso na antiga Jugoslávia ou como no caso do País Basco em Espanha ou na Transilvânia, a Roménia, entre outros.

III. Nos últimos séculos a estrutura e dinâmica urbanas têm estado no centro das grandes transformações e, por isso, **urbanização** e **metropolização** parecem poder compreender-se como dois paradigmas espaço-socio-culturais diferenciados que evidenciam as mudanças nos diversos sistemas: espacial, económico, social, representacional e de regulação.

Quadro V – Urbanização e Metropolização

Espaço Urbano	Espaço Metropolitano
nó comprimido e contínuo	região desconcentrada e descontínua
urbanismo compacto	urbanismo portátil
cidade pedestre e de localidades (“walking city”)	des-localização auto-mobilizada (“car-city”)
cidade habitacional e de trabalhadores	Entrepósito de consumidores
zoneamento económico e social	zoneamento narrativo e temático

Estes paradigmas e as mudanças a eles associadas apresentam-se, no entanto, com matizes distintos consoante os regimes narrativos derivados dos nexos espaço-temporais em que se inscrevem. Ou seja, cada paradigma inscreve o seu âmbito de influência num jogo de centrifugalidade/centripetidade contínuo entre um centro e uma periferia, entre a globalização e a localização, e num jogo de retrospectiva/prospectiva contínuo entre uma **memória-esquecimento** e um **projecto-utopia**. Para além disso, os dois paradigmas, urbanização e metropolização, coexistem actualmente no nosso sistema-mundo das mais diversas formas: sobreposição, montagem, secâncias, etc.

O sistema-mundo constrói-se, assim, numa contínua reestruturação flexível em torno de velhos e novos centros, novas e velhas periferias, num processo complexo em que lugares, economias, sociabilidades, representações e regulações derivadas de uma memória-esquecimento podem tornar-se elementos activadores de projectos-utopias e vice-versa. Esta reestruturação apesar de flexível não é anárquica, estando antes vinculada a estruturas que são sempre contingenciais em função dos pontos de referência (nexos espaço-temporais) que se tomam em cada momento². A urbanização e a metropolização podem apresentar-se como modelos em que se evidenciam esses nexos espaço-temporais, ainda que a relação entre esses paradigmas em cada escala de análise seja bastante contingencial.

No paradigma da metropolização podemos conceber que o regime temporal projecto-utopia se faz sentir, essencialmente, na região central e, especificamente, nos Estados Unidos. Los Angeles tem sido apontada como a cidade paradigmática da metropolização (Soja,1993), enquanto Las Vegas pode ser referida como a cidade da utopia realizada, o culminar do projecto heterotópico (cf. Seixas, 2003) americano e sua influência na cidade contemporânea. Um regime temporal entre projecto-utopia e memória-esquecimento parece ser o adequado para compreendermos regiões como a Europa, o Japão e, cada vez mais, alguns outros países da Ásia, como a Coreia do Sul ou a China. Nestas regiões, que alguns autores consideram centrais (por exemplo a Europa e o Japão para Boaventura Sousa Santos, 2001), podemos encontrar cidade mundiais e, ao mesmo tempo, Estados semi-periféricos, convivendo, por isso, uma perspectiva de corrector cultural central naquelas (Hannerz,1996) e uma perspectiva de colonização cultural nestes que gera consequências contingenciais das mais diversas. Finalmente, memória-esquecimento parece ser o regime temporal adstrito a África e ainda a grandes extensões da Ásia, ainda que, seguindo o paradigma da urbanização, é em África e na Ásia que se evidencia um regime de projecto-utopia.

2. Henri Campanholo propôs, em discussão relativa a uma comunicação que deu lugar a este artigo, a noção de "focalização da memória" para o que eu aqui denomino pontos de referência em cada momento. Na sua qualidade de linguista, considerou que esta flexibilidade da focalização da memória é bem evidente na nossa utilização de diferentes línguas consoante o contexto socio-cultural em que nos posicionamos.

Quadro VI – Narrativas Possíveis e Cronotopos Identificáveis

Metropolização		Utopia	Projecto	Memória	Esquecimento
Global	Centro	Las Vegas Celebration	Los Angeles cidades mundiais	Nova York (Manhatan) cidades euro- peias	cidades industriais
↓ Local	Semi- -periferia	“Cidade Capital” Parques temáti- cos	Condominiação Macdonaldização	Patrimo- nialização	cidades médias
	Periferia	parques naturais reservas indígenas	Aldeias-museu	vida urbana	várias Américas
Urbanização		Esquecimento	Memória	Projecto	Utopia

Numa escala mais restrita, os nexos espaço-temporais fazem-se também sentir, podendo-se analisar hierarquias de cidades regionais (de regiões transnacionais) e cidades de âmbito nacional e local, notando-se também aqui relações entre centro e periferia e regimes representacionais adstritos ao projecto-utopia e à memória-esquecimento. Finalmente, mesmo ao nível de uma única cidade ou área metropolitana, podemos conceber a relação entre lugares-centrais e não centrais com um regime temporal específico.

O modelo relaciona os dois paradigmas (urbanização e metropolização) em função de um conjunto de cruzamentos de variáveis espaço-temporais (Centro-Periferia) e representacionais (memória-esquecimento e projecto-utopia), possibilitando um conjunto de narrativas que o Antropólogo pode seguir (e.g. a utopia; a semi-periferia, etc.), assim como um conjunto de cronotopos ou nexos espaço-temporais que serão tanto mais gerais ou específicos consoante o âmbito de observação previamente estabelecido.

Este modelo – ainda incipiente – caracteriza-se por conjugar elementos materialistas e estruturais num todo que se assume basicamente como estruturo-construtivista. Partindo-se da alocação de recursos – com predominância para o capital, o poder e a competência técnica ou “inteligentsia” – entre Centro e Periferia, estes encontram na divisão social do trabalho existente (especificamente na maior ou menor capacidade e diversidade da burguesia profissional existente, assim como na sua relação com os demais trabalhadores simbólicos) o lugar da sua transformação em eficácia simbólica em função da produção de textos e

contextos adstritos a perspectivas temporais de memória-esquecimento ou de projecto-utopia. É claro que a partir da aceitação desta hipótese compreensiva (de forma mais genérica e intuitiva ou mais específica e analítica) pode-se propor o salto do Local para o Global para uma qualquer cidade (veja-se o exemplo de Bilbao), ou seja, o modelo possibilita uma consciência construtivista que tem potencialidades ao mesmo tempo instrumentais e finalistas para o planeamento urbano. Os modelos verticais (sustentados na memória) e horizontais (sustentados no cosmopolitismo) de planeamento urbano identificados por Peter Marcuse (2004) inserem-se perfeitamente nesta reflexão ainda que aqui se tenha tentado ir mais longe pois a memória urbana, ou até natural, pode ser instrumento de um projecto cosmopolita metropolitano.

IV. Finalmente a análise do Planeta Urbano implica, para além de todas as narrativas a diversas escalas, a compreensão da Estrutura Antropológica Urbana ou Estrutura da Diferença da cidade que nos interessa analisar. É claro que tal da análise dos grupos estruturados, das representações sociais, dos lugares, das práticas significantes, pelas velhas (orgânico-estruturais) e novas (dramatúrgico-semióticas) metáforas interpretativas da Antropologia, deverá ter em conta todo o enquadramento narrativo que se apresentou nos pontos anteriores. É em função de tal hipótese compreensiva que se pode também levar a cabo uma verdadeira Antropologia do Urbanismo que possibilita quer a escolha de determinadas cidades para análise das suas estruturas antropológicas como “pontos de acesso” face a narrativas que a transcendem, quer a comparação entre diferentes estruturas antropológicas urbanas pois as comparações têm que ser efectuadas em cada caso a partir de escalas próprias, sem o que não fazem qualquer sentido. Para além disso, só a partir de uma hipótese como a que se apresentou se pode isolar actores, práticas ou representações em diferentes loci urbanos para estes poderem ser comparados sem ser através de um falso empirismo mas sim porque há narrativas que os tornam comparáveis.

Quanto à hipótese de uma estrutura antropológica urbana, esta decorre da noção básica da Psicologia e da Sociologia e Antropologia de que a identidade (quer pessoal, quer colectiva) não tem significado sem a noção da alteridade. As cidades, e de forma mais visível as cidades que tinham lugar central face a estruturas sócio-políticas relevantes

(no caso Moderno, os Estados), constituíam-se como metonímicas das principais Diferenças dessas mesmas estruturas, dando-lhe corpo (quer dizer, traduzindo-as em monumentos e arquiteturas, em práticas, textos e discursos), influenciando, por isso, a própria construção social daquelas Diferenças, ou seja, tendo um papel fundamental na construção das identidades e alteridades e sua dinâmica ou inércia. Ou seja, as cidades constroem-se culturalmente em função de Diferenças várias históricas e contemporâneas e, muitas vezes, há mesmo uma Diferença fundamental, um Nós – Outros que, não só caracteriza o funcionamento cultural da cidade, como possibilita inferências face à Diferença em âmbitos sócio-culturais mais vastos. As cidades são, assim, centros de convergência e de fluxos de grupos, cidades, regiões, etnias, nações, raças e civilizações e, em função de um jogo complexo de reflexividade, o espaço urbano é holográfico, sendo contido por Diferenças que transforma por efeito de ser ao mesmo tempo o continente que lhes dá sentido. É neste sentido que a estrutura antropológica de uma cidade é, ao mesmo tempo, muito específica dessa cidade em particular e representativa de Diferenças em âmbitos mais vastos.

Compreender a estrutura antropológica de uma cidade implica uma estratégia metodológica aberta às representações da Diferença (discursivas, espaço-monumentais, textuais e dramatúrgicas), as quais são às vezes metonímicas e outras metafóricas de Diferenças orgânico-estruturais internas e externas à cidade. No entanto, para além desta démarche, e tendo em conta a hipótese que se colocou ao longo deste texto de uma certa estruturação do espaço urbano enquanto narrativas em escala de conjugação de elementos limitados, há histórias, temas, lugares e figuras que funcionam como “pontos de acesso”, ou seja elementos típicos ou símbolos, quer para acedermos à compreensão da estrutura antropológica da cidade em causa, quer mesmo para estabelecermos a translação entre a cidade e as outras escalas do Planeta Urbano que formos referindo.

3. Montar e desmontar

Vivemos num Planeta Urbano e a nossa cidade, qualquer que seja, tem vinculações várias com os Arquipélagos Urbanos do Planeta e com os seus Fluxos, segundo nexos espaço-temporais e nexos sócio-políticos e ainda segundo a situação dessa cidade face aos paradigmas de urbanização e metropolização e aos regimes representacionais de memória-esquecimento e projecto-utopia, projectando-se tais vinculações na sua específica estrutura antropológica. Se por um lado, as hipóteses aqui apresentadas nos possibilitam seleccionar um ou mais contextos urbanos específicos de forma a compreender melhor para onde vai o Planeta para decidirmos para onde queremos (ou ao menos não queremos) que vá, por outro a compreensão de todos estes contextos em relação a uma cidade possibilita-nos uma capacidade para o planeamento urbano muito mais fundamentado. Pretendeu-se, assim, apresentar algumas hipóteses para um manual de instruções do Planeta, sendo de avisar que os esquemas que se apresentaram da sua montagem podem e devem também ser usados na sua desmontagem, inclusive a dos próprios esquemas.

Bibliografia

- BORJA, J. Y CASTELLS, M. (1999 c1997). *Local y Global. La Gestión de las Ciudades en la Era de la Información*, Madrid, Taurus.
- FOX, Richard. (1977). *Urban Anthropology*, New York: Prentice-Hall.
- GLUCKMAN, Max. (1940). "Analysis of a Social Situation in Modern Zululand" in *Bantu Studies*, 14: 1-30, 147-174.
- GEERTZ, Clifford. (S/D ©1989). *A Interpretação das Culturas*, Rio de Janeiro: LTC editora.
- HANNERZ, Ulf. (1983). *Explorer la Ville*, Paris: Edition de Minuit.
- HANNERZ, Ulf. (1996). *Transnational Connections, Culture, People, Places*, London and New York: Routledge.
- MARCUS, George E. (1995). "Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-sited Ethnography" in *Annual Review of Anthropology*, 24, pp 95-117.
- MARCUS, George E. (1998). *Ethnography Through Thick & Thin*, Princeton: Princeton University Press.
- MARCUSE, Peter. (2004). "Identity of Towns in the Age of Globalization. Vertical and Horizontal Issues" in Seixas, Paulo Castro, Santos, Paula Mota e Araújo, Henrique Gomes (Orgs) *Pluralidades Portuenses. Símbolos Locais Relações Globais*, Porto: Civilização.
- PUJADAS, J. J. (1996). "Presente y Futuro de la Antropología en España" in *VVAA Malestar Cultural y Conflicto en la Sociedad Madrilenha*, Madrid: A.M.A., pp 45-80.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. (2001). "Globalização: Fatalidade ou Utopia?" in Boaventura de Sousa Santos (Org.) *Globalização. Fatalidade ou Utopia*, Porto, Afrontamento.
- SASSEN, S. (1991). *The Global City. New York, London, Tokyo*, Princeton, New Jersey: Princeton University Press.
- SEIXAS, Paulo Castro. (2003). "Da Máquina Panóptica ao Teatro Heterotópico. A Arquitectura, o Urbanismo e a Convivialidade" in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 43 (1-2) pp 61-64, SPAE, 2003.
- SEIXAS, Paulo Castro. (2005). "O Planeta Urbano: diferenciações regionais, paradigmas globais". On-line em: <http://www.fundicotex.org/Comunicaciones%20Lisboa/SEIXAS.pdf>
- SMITH, M. P. (2001). *Transnational Urbanism. Locating Globalization*, Malden-Massachusetts, US e Oxford, UK: Blackwell Publishers Inc.
- SOJA, Edward W. (1993). *Geografias Pós-Modernas – A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica*, rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- SPERBER, Dan. (1992). *O Saber dos Antropólogos*, Lisboa: Edições 70.

Paulo Castro Seixas

TAYLOR, P. J. (2001). "Specification of the World City Network" in *Geographical Analysis*. Vol. 33. Issue: 2, Ohio State University Press.

UNCHS – United Nations Centre for Human Settlements (HABITAT). (1996). *An Urbanizing World: Global Report on Human Settlements*, 1996, Oxford University Press.

UNCHS – United Nations Centre for Human Settlements (HABITAT). (2001). *Cities in a Globalizing World: Global Report on Human Settlements*, 2001, Earthscan Publications Ltd, London and Sterling, VA.

WARAH, Rasna. (2001). "The Emerging 'Urban Archipelago'" in *UN Chronicle*. Volume 38. Issue 1, March-May 2001.